

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 44/2020-PGJ, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020.**

Altera a Resolução nº 27/2020-PGJ, que dispõe sobre a criação do Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual ao trabalho presencial, prorroga o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), bem como institui o Regime de Expediente Excepcional (REE) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.888, de 27 de novembro de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que reduz o percentual de atendimento presencial nas unidades judiciárias ou administrativas do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul, dada a expressiva elevação do índice de contágio pelo novo coronavírus – COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado, de 70% (setenta por cento) para 50% (cinquenta por cento), o percentual disposto no subitem 8 do item 5 do Plano de Biossegurança do MPMS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 27 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3780/2020-PGJ, DE 27.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar os membros do Ministério Público Estadual a participarem do X Congresso Estadual do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, a ser realizado nos dias 3 e 4 de dezembro de 2020, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande – MS.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3731/2020-PGJ, DE 24.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 10 a 19.12.2018 e 4 a 11.2.2019, a serem usufruídos no período de 14 a 18.12.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3763/2020-PGJ, DE 26.11.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3219/2019-PGJ, de 3.9.2019, com a redação dada pelas Portarias nº 3532/2019-PGJ, de 25.9.2019, nº 3533/2019-PGJ, de 25.9.2019, e nº 4105/2019-PGJ, de 4.11.2019, bem como as Portarias nº 3531/2019-PGJ, de 25.9.2019, e nº 4105/2019-PGJ, de 4.11.2019, que designaram Promotores de Justiça para integrarem o Grupo Auxiliar de Tutela Coletiva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3765/2020-PGJ, DE 27.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 18.11 a 17.12.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3766/2020-PGJ, DE 27.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 23.11 a 22.12.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3768/2020-PGJ, DE 27.11.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 19ª Zona Eleitoral, no período de 18.11 a 17.12.2020, em razão de licença do Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3767/2020-PGJ, DE 27.II.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que, conforme o artigo 140, § 2º, da Lei Complementar nº 72/1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, “São considerados feriados, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro, os feriados nacionais e outros previstos pelas normas pertinentes”;

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução nº 24/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, estabelece que “aos servidores do Quadro do MPMS que permanecerem de plantão no feriado forense será concedido o direito à compensação por dia de efetivo exercício”, considerado este como aquele no qual o servidor tiver “cumprido todo o expediente forense, bem como aquele no qual o servidor cumprir o plantão em regime de sobreaviso, nos dias indicados na respectiva escala de plantão”;

CONSIDERANDO a Resolução nº 244, de 12 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta o expediente forense no período natalino;

CONSIDERANDO o estabelecido na Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o regime de plantão em primeiro e segundo graus de jurisdição; e

CONSIDERANDO o Provimento nº 383, de 29 de novembro de 2016, do Conselho Superior da Magistratura, que dispõe sobre o Plantão Judiciário no feriado forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro,

R E S O L V E:

Art. 1º O horário de expediente no âmbito do Ministério Público Estadual, no período de 20 de dezembro de 2020 a 6 de janeiro de 2021 (feriado forense), será das 9h às 12h.

Art. 2º Os servidores do Quadro do Ministério Público que estiverem em pleno exercício de suas atividades no feriado forense, bem como aqueles que cumprirem o plantão em regime de sobreaviso, nos dias indicados na respectiva escala de plantão, terão direito a compensação.

Art. 3º Os servidores escalados para o plantão do feriado forense, nos termos da Resolução nº 24/2018-PGJ, nos dias 24, 25 e 31 de dezembro de 2020, bem como no dia 1º de janeiro de 2021 permanecerão em regime de sobreaviso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3764/2020-PGJ, DE 26.II.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 114/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnica I; 2.1) Suplente – Desirée Oliveira da Silveira, Analista; e revogar a Portaria nº 2024/2020-PGJ, de 2.6.2020 (Processo PGJ/10/3933/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3684/2020-PGJ, DE 20.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 18.11.2020, as férias da servidora Alyne Kathiucia Raulino Green, concedidas por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 15.9.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3685/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Angelina Aparecida Alves Marques, por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, com a redação dada pela Portaria nº 1331/2020-PGJ, de 27.4.2020, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.11.2020, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3686/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 14 a 23.10.2020, a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3687/2020-PGJ, DE 20.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Louise Isabelita Lima de Brites Padovan	2017/2018	10 a 19.7.2019	7 a 16.1.2021		8 a 17.4.2019

PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Diogo Banzer da Motta	2018/2019	30.11 a 19.12.2020			25.11 a 4.12.2019
Rodrigo Peixoto Santos	2018/2019	18 a 27.11.2019	7 a 16.1.2021	5 a 14.4.2021	

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Reginaldo de Oliveira Vilanova	2018/2019	7 a 16.12.2020	12 a 21.7.2021		7 a 16.1.2020
Telma Lucia Imada Leal	2017/2018	7 a 16.1.2020	9 a 18.12.2020		3 a 12.2.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Bertaglia Agostinho	2017/2018	12 a 21.2.2020	3 a 12.2.2021	7 a 16.6.2021	
Vanusa Weber	2018/2019	5 a 14.2.2020	9 a 18.12.2020		27.2 a 7.3.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fabio Castro dos Santos	2019/2020	9 a 18.12.2020	7 a 16.1.2021		2 a 11.4.2020

PORTARIA Nº 1232/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thayná Arruda de Souza e Silva	2019/2020	29.11 a 18.12.2020			1º a 10.4.2020

PORTARIA Nº 2480/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Sérgio Frederico Pott Junior	2019/2020	7 a 16.1.2021	4 a 13.2.2021		3 a 12.8.2020

PORTARIA Nº 3322/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ronald de Souza Gomes da Silva	2018/2019	16.11 a 15.12.2020			



Passe a constar:

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Louise Isabelita Lima de Brites Padovan	2017/2018	10 a 19.7.2019	18 a 27.1.2021		8 a 17.4.2019

PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Diogo Banzer da Motta	2018/2019	30.11 a 9.12.2020	7 a 16.1.2021		25.11 a 4.12.2019
Rodrigo Peixoto Santos	2018/2019	18 a 27.11.2019	18 a 27.11.2020	7 a 16.1.2021	

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Reginaldo de Oliveira Vilanova	2018/2019	9 a 18.10.2020	12 a 21.7.2021		7 a 16.1.2020
Telma Lucia Imada Leal	2017/2018	7 a 16.1.2020	23.11 a 2.12.2020		3 a 12.2.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Bertaglia Agostinho	2017/2018	12 a 21.2.2020	20 a 29.1.2021	7 a 16.6.2021	
Vanusa Weber	2018/2019	5 a 14.2.2020	9 a 18.3.2021		27.2 a 7.3.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fabio Castro dos Santos	2019/2020	9 a 18.12.2020	15 a 24.3.2021		2 a 11.4.2020

PORTARIA Nº 1232/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thayná Arruda de Souza e Silva	2019/2020	7 a 16.1.2021	3 a 12.11.2020		1º a 10.4.2020

PORTARIA Nº 2480/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Sérgio Frederico Pott Junior	2019/2020	18 a 27.2.2021	7 a 16.6.2021		3 a 12.8.2020

PORTARIA Nº 3322/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ronald de Souza Gomes da Silva	2018/2019	17.11 a 16.12.2020			

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3689/2020-PGJ, DE 20.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, na parte que concedeu férias ao servidor Enrique Gonçalves de Souza, de forma que, onde consta: “de 1º a 10.12.2020”, passe a constar: “de 9 a 18.12.2020”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3690/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Flavio Ricardo de Souza, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.11.2020, a serem usufruídas no período de 11 a 20.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3691/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 14.10.2020, as férias do servidor Jeferson da Silva Marques, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 13 a 31.10.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3692/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Luciane Senger, por meio da Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 18 a 27.11.2020, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3693/2020-PGJ, DE 20.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 4.11.2020, as férias do servidor Marcos da Silva Flores, concedidas por meio da Portaria nº 2941/2020-PGJ, de 16.9.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 19 a 27.2.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3694/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Paula Rogeria Gama Santos, por meio da Portaria nº 3322/2020-PGJ, de 16.10.2020, que seriam usufruídas no período de 16 a 22.10.2020, a serem usufruídas no período de 14 a 20.4.2021, em razão de licença à gestante, nos termos do artigo 10, inciso IV, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3695/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Renata Caroline Pereira de Macedo, por meio da Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.3.2021, a serem usufruídas no período de 16 a 25.8.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3696/2020-PGJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 4.11.2020, as férias da servidora Soraya Shigueko Nakasato, concedidas por meio da Portaria nº 2180/2020-PGJ, de 16.6.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.5.2021 e de 17 a 25.8.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3697/2020-PGJ, DE 20.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Thelma Martinez Lima, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, com a redação dada pela Portaria nº 2813/2020-PGJ, de 28.8.2020, que seriam usufruídas no período de 18 a 27.11.2020, a serem usufruídas no período de 28.4 a 7.5.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-345/2020/PJ, DE 20.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Sheila Marques da Costa, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.5.2021 e 3 a 12.11.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-350/2020/PJ, DE 23.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Daniel Francisco Mercado Dantas, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 26.1 a 14.2.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22.2 a 3.3.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-351/2020/PJ, DE 23.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Josiany da Costa Maia Andrin, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 25.8.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-353/2020/PGJ, DE 25.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Andressa Klein Assumpção, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 22.2 a 13.3.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-354/2020/PGJ, DE 25.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Anderson Fernandes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.2.2021 e 2 a 11.8.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.7.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-355/2020/PGJ, DE 25.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Rafael Roble de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.1.2021 e 29.9 a 8.10.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-356/2020/PGJ, DE 25.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Jéssica dos Santos Fernandes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 25.1 a 3.2.2021, 7 a 16.6.2021 e 13 a 22.10.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-357/2020/PGJ, DE 25.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Adriana Vargas dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 30.3.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-367/2020/PGJ, DE 27.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Patrícia Lima Rodrigues, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.7.2021 e 27.9 a 6.10.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.7 a 4.8.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-369/2020/PGJ, DE 27.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Patrícia Lima Rodrigues, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídas no período de 25 a 30.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-368/2020/PGJ, DE 27.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Patricia Marim, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.4.2021 e 8 a 17.9.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.1 a 3.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-370/2020-PGJ, DE 27.11.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Silvio Cesar Siravegna, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 22.2 a 3.3.2021 e 26.7 a 4.8.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.1 a 3.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3752/2020-PGJ, DE 25.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Juliana Giovani de Souza Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 17.1.2021, em razão de férias da servidora Handreza Oviedo Alves Martins.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-262/2020-PGJ, DE 29.10.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Raissa Bernardino Campos, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período 22.10 a 20.11.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-263/2020-PGJ, DE 29.10.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Raissa Bernardino Campos, por meio da Portaria nº 3327/2019-PGJ, de 10.9.2019, e suas alterações, que seriam usufruídas nos períodos de 22 a 31.10.2020 e de 9 a 18.11.2020, a serem usufruídas no período de 23.11 a 12.12.2020, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 29/2020/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, **torna pública a lista dos inscritos para remoção, pelo critério de antiguidade, para a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, primeira entrância:**

Inscritos para remoção: Gustavo Henrique Bertocco de Souza e Felipe Almeida Marques.

Campo Grande, 24 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 12ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2020.

1. Expedientes:

1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001872-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003163-4.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001196-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000965-4.

3. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001093-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003183-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001303-6.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001112-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002340-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001993-0.

5. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002035-9.

6. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002294-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001378-0.

1.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001863-1:

- **1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002978-0.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001742-1:****• 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000576-5.

• Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000906-1.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001969-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação de prestadores de serviços, pela Prefeitura Municipal de Bodoquena, entre os meses de outubro e novembro de 2016.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000600-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Processo Licitatório nº 122/2019 e no Pregão Presencial nº 071/2019 realizados para a aquisição futura de medicamentos éticos, genéricos e similares de A a Z da tabela da ABCFARMA, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Deodápolis/MS.

3. Notícia De Fato nº 01.2020.00001437-9 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Camapuã

Advogado: Heiton Miranda Guimarães – OAB/MS nº 9.059.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001861-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jaqueline Oshiro Pereira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na propriedade Fazenda Panambi, no município de Sidrolândia/MS, conforme Auto de Infração IMASUL n.º 16176, oriundo da Polícia Militar Ambiental.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000801-1 -SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000854-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerida: Ana Carla de Melo

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental no Lote nº 43, do Assentamento Campina, situado no Município de Bodoquena, consistente em destruir e danificar área de preservação permanente.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001469-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Comando de Policiamento Metropolitano - CPM / QCG

Requerido: Clube de Laço de Anhanduí

Assunto: Revogação/Concessão de Licença Ambiental.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000333-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível descumprimento pelo Município de Batayporã das disposições previstas na Lei à Informação e Lei da Transparência.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000253-9 - SIGILOS

Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Dois Irmãos do Buriti

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00001494-6 - SIGILOS

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

11. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000515-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados-MS e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Acompanhar nas próximas semanas como está o abastecimento de materiais e insumos pela Secretaria de Saúde e se esta, de fato, providenciou os itens em quantidade e qualidade suficiente para a demanda atual.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000504-7

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: ENERGISA S.A.

Assunto: Apurar a falta de energia elétrica, no Bairro Vila Nova, em Mundo Novo/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000795-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e Comércio de Bebidas Gran Dourados Ltda.

Assunto: Apurar notícia de eventual malversação de bem público localizado na Rua Joaquim Teixeira Alves, entre as Ruas Duque de Caxias e Humberto de Campos.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002146-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Rubeval Ferreira Pinto

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Fazenda RM, situada no Distrito do Taboco, Município de Corguinho.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003608-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Frigorífico Minerva S/A.

Assunto: Apurar ilícito ambiental praticado pelo Frigorífico Minerva em decorrência da ausência de manutenção e tratamento de efluentes nos lagos existentes nos fundos do estabelecimento, além do córrego esperança.

5. Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00001502-3

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade na utilização de veículo automotor para setor diverso da fiscalização sanitária.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000413-6 – SIGILOS

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003275-1 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000066-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental no lote urbano situado na Estrada EW 15, n.º 290, registrado em nome da Associação dos Servidores da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente e do PECMA no Estado de Mato Grosso do Sul – ASSCEMAPE/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000379-3

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos serviços prestados pelas ECVs (Empresas de Vistorias Veiculares), nesta cidade de Dourados/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000806-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar indigitada ilegalidade e consequente responsabilidade na contratação de “caminhão de lixo”, supostamente realizada pelo irmão do Prefeito de Selvíria, Edgar Barbosa dos Santos, enquanto Secretário Municipal, que, segundo denúncia apócrifa, estaria “roubando descaradamente” do Município com a aquiescência do alcaide.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000438-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo gestor da Câmara Municipal de Fátima do Sul, tendo em vista a existência de servidores públicos ocupantes de cargos em comissão alheios às funções de direção, chefia ou assessoramento, bem como a necessidade de preenchimento dos cargos de provimento efetivo mediante concurso público.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000027-4 – SIGILOS

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

8. Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000186-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerido: Donizetti Ferreira Gonçalves e outros

Assunto: Apurar a origem suspeita de dívidas cobradas pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Municipal a Vereadores de Cassilândia-MS.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000280-6

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar falta de prestação de contas da Associação Fundação C.A.S.A., referente ao recebimento de verba pública decorrente de emenda parlamentar, bem como utilização diversa daquela prevista no Projeto de Execução.

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil n. 06.2018.00001731-7 (IC 15/2014)**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Câmara Municipal de Nioaque

Assunto: Apurar o cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e da Lei Federal nº 12527/2011 (Lei de Acesso à Informação) pela Câmara Municipal de Nioaque.

2. Inquérito Civil n. 06.2018.00000454-4 (IC 17/2016)

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Humberto Carlos Ramos Amaducci e RLC Comércio e Serviços Ltda

Assunto: Apurar eventual superfaturamento na contratação de serviços de internet decorrente do Pregão nº 069/2016 (Processo Administrativo 147/2016) firmando entre a Prefeitura de Mundo Novo e a RLC Comércio e Serviços Ltda-ME.

3. Inquérito Civil n. 06.2019.00000762-3

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual desassistência de neurocirurgia pediátrica no Município de Dourados/MS.

4. Inquérito Civil n. 06.2020.00001017-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Sítio de Recreio Chácara Pesqueiro da Barra Lote 39”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 0361, no âmbito do Programa SOS Rios.

5. Inquérito Civil n. 06.2017.00002359-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda localizada na coordenada geográfica WGS 84: O56 24 35.874, S 20 57 16.265, em razão da supressão de 8,3295 hectares de vegetação nativa.

Advogada: Janaina Bonomini Pickler – OAB/MS nº 13.137

6. Inquérito Civil n. 06.2020.00000283-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado “Chácara São Judas Tadeu”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1017, no âmbito do Programa SOS Rios.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001520-1

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara de Vereadores de Sidrolândia

Assunto: Apurar a regularidade do contrato administrativo firmado entre a Câmara de Vereadores de Sidrolândia e o Escritório Bastos, Claro & Duailibi Advogados Associados, com vista a verificar o recebimento de valores por serviços jurídicos que não teriam sido prestados e assim apurar eventual prática de ato improbidade administrativa, na forma do artigo 10 da Lei nº 8.429/1992.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000694-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Bauzinho

Assunto: Apurar possível prática de desmatamento ocorrida em desacordo com a legislação ambiental vigente entre 02/02/2014 e 26/04/2015, na Fazenda Bauzinho, localizada no Município de Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Roberto Junqueira Bernardes.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000414-8 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000641-6

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a omissão do Município de Campo Grande na responsabilização e implementação da obrigação inerente aos grandes geradores de resíduos sólidos, nos termos do art. 20, II, b, da Lei nº 12.305/10 (estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços), em decorrência de serem integralmente responsáveis pelo conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada aos resíduos sólidos que produzem.

5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00004093-3

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Thaila Criscia Ferreira Gomes

Recorrente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no escoamento de água oriunda de piscina e de lavagem de calçadas de residências particulares.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003568-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Douradina

Assunto: Apurar eventual injuridicidade na ocupação das vagas de motorista da Prefeitura de Douradina/MS, em razão da contratação de terceiros em prejuízo dos aprovados no Concurso Público realizado em 2016.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000910-6 – SIGILOSO

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001597-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00001058-6

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: JBS S/A

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da unidade frigorífica da empresa JBS S.A, localizada na BR 060, KM 356, saída para Sidrolândia/MS, consistente no cumprimento das condicionantes da licença de operação, bem como o efetivo cumprimento da legislação ambiental, em decorrência do evento danoso ocorrido em 06 e 07 de abril de 2017, conforme Laudo de Constatação n. 01772.

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00001331-4 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001088-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rodrigo Lopes Corbett

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Vale do Sol, decorrente do acesso de semoventes nas áreas de preservação jurídico-ambiental.

**2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000299-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na construção do empreendimento Rio Bonito I, no município de Bonito/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001163-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Glória de Dourados e Carlos Bueno do Prado

Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal, bem como apurar eventual enriquecimento ilícito e ofensa ao princípio da impessoalidade.

3. Inquérito Civil nº 06.2015.00000201-2 – SIGILOSO

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000423-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Luiz de Jesus

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Chácara Estância Mate Velho, localizada no município de Nioaque/MS, de propriedade de Jorge Luiz de Jesus, conforme Parecer nº 127/2016/NUGEO.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001282-6

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Analisar irregularidades na Unidade Básica de Saúde Padre José Ferreira, constatadas pela fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000802-2

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guararoba S/A

Assunto: Apurar eventual irregularidade no que tange à falta de fornecimento de água, bem como a alta morosidade para restabelecer o serviço.

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001019-0**

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a qualidade dos serviços prestados pelas UNACONs de Campo Grande e possíveis falhas da Regulação Municipal no tocante aos encaminhamentos de pacientes oncológicos aos serviços existentes.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000230-6

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Consórcio Empreendedor do Shopping Campo Grande - Fase I

Assunto: Apurar a existência de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva no Shopping Campo Grande, seja pela presença de pessoa devidamente capacitada na Língua Brasileira de Sinais – Libras ou por mecanismos eletrônicos (virtual ou a distância).

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000480-4 – SIGILOSO**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000114-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alonso Ramos Pereira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,14 hectares de vegetação nativa em área Remanescente de Vegetação Nativa e Consolidada, na Fazenda Bacuri (CAR-MS 0015287), no Município de Sidrolândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 619/19/NUGEO – Programa DNA Ambiental (2016 – 2017).

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000771-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Neison Martrins de Melo

Assunto: Apurar possível prática de desmatamento ocorrida em desacordo com legislação vigente, na data de 29 de janeiro de 2018, na Fazenda Cacique, localizada no Município de Jardim (MS).

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 03/2020/CE/CSMP**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do § 5º, do artigo 10, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e os artigos 1º e 11, da Resolução nº 05/2020-CPJ, de 25 de setembro de 2020, **AVISA** aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que, no dia **4 de dezembro de 2020**, no período **das 9 às 17 horas**, **será realizada a eleição de 9 (nove) Conselheiros para composição do Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2021/2022.**

A eleição será realizada pelo Sistema de Eleição Eletrônica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de conformidade com as instruções a serem enviadas ao *e-mail* funcional dos eleitores, o qual conterá o *link* de acesso ao sistema, consoante previsto nos artigos 1º e 6º, inciso VII, da Resolução nº 10/2018-CPJ, de 19.11.2018.

Campo Grande, 27 de novembro de 2020.

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS

Procurador de Justiça e

Presidente da Comissão Eleitoral

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 73/2020-GED****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), considerando a inexistência de candidatos a serem convocados na comarca de Campo Grande, torna pública a **OPORTUNIDADE** aos candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários, homologado por meio do Aviso nº 1/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº



21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, para estágio de Ensino Superior, área de Direito, nível de graduação, **ainda não empossados**, para manifestação de interesse de exercício **presencial** em cidade diversa daquela pela qual originalmente optaram, **na comarca de CAMPO GRANDE**, em atenção ao disposto no item 4.2, subitens 4.2.1 e 4.2.2, do Capítulo VIII do Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 1.949, de 15 de abril de 2019.

Os candidatos aprovados no XXII Processo Seletivo de Estagiários do MPMS interessados em assumir as vagas em disponibilidade nas Promotorias de Justiça de Campo Grande deverão se manifestar, impreterivelmente, no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da publicação deste Aviso (iniciada a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte a esta), por meio do preenchimento do **Anexo Único** (Manifestação de Interesse de Estágio), que deverá ser enviado ao endereço eletrônico ged@mpms.mp.br.

Os candidatos que fizerem a opção pelas vagas oferecidas neste Aviso e forem convocados para exercer o estágio nas Promotorias de Justiça da comarca de Campo Grande automaticamente serão excluídos da lista original relativa à cidade pela qual optaram no momento da inscrição, conforme previsto no Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 4 e respectivos subitens.

Como critério de classificação, será considerada a nota final de cada candidato, observado o Anexo V do Edital nº 13/2019-GED, republicado no DOMP nº 2.026, de 9 de agosto de 2019, p. 55 a 68, utilizando-se os critérios de desempate previstos no Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 2.

Campo Grande, 27 de novembro de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

ANEXO ÚNICO DO AVISO Nº 73/2020-GED

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE EXERCÍCIO PRESENCIAL EM CIDADE DIVERSA

Eu, (nome)_____, (nacionalidade)_____, (estado civil)_____, residente e domiciliado(a) no(a)_____nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, aprovado(a) no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 1/2019/GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, venho, por meio deste documento, diante da oportunidade concedida no Aviso nº 73/2020-GED, formalizar meu INTERESSE EM EXERCER O ESTÁGIO PRESENCIAL DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, na comarca de CAMPO GRANDE, assumindo o compromisso de aguardar aviso de convocação para apresentar os documentos constantes do item 13 do Capítulo X (Da Convocação e Admissão) do referido edital, no prazo a ser estipulado na convocação futura, a fim de que seja confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.

Por fim, declaro ter ciência da disposição expressa contida no Capítulo VIII (Do Resultado e da Classificação), subitem 4.3, do mencionado edital¹.

(Cidade)_____, (Estado)_____, (dia)_____ de (mês)_____ de 2020.

Nome completo do(a) candidato(a)

¹ “O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da cidade pela qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice-versa.”



SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 037/2020-SGP

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 036/2020-SGP, publicado no DOMP nº 2.321, de 5 de novembro de 2020:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
AQUIDAUANA	ENSINO MÉDIO	TAINARA DE JESUS VIANA	2º
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	PAULO CESAR CARPEGIANI GOMES TORRES	21º
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO - ECONOMIA	MATEUS DA COSTA TORTORELLI	4º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	EVELYN LAÍSA STRECK	16º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	ÉRIC SANTANA GARCIA	17º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	SUELLEN LARA DE OLIVEIRA MONTANHA	20º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO – ENGENHARIA SANITÁRIA/AMBIENTAL	TIGER MONT SERRAT DUARTE DA SILVA	4º
MUNDO NOVO	ENSINO MÉDIO	LUIZ FELIPE FURLANETTO TOLOTTO	4º
TRÊS LAGOAS	ENSINO MÉDIO	AMANDA BARBOSA MUNIZ	18º

Campo Grande, 27 de novembro de 2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 038/2020-SGP

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** do direito de ser empossado do candidato abaixo relacionado, aprovado no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO	GESSÉ ALMEIDA SANCHES	19º

Campo Grande, 27 de novembro de 2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**AVISO Nº 039/2020-SGP****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO – ENGENHARIA ELÉTRICA	RENAN GUILHERME ALFARO RODRIGUES	2º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO – ENGENHARIA SANITÁRIA/AMBIENTAL (MATUTINO)	LETÍCIA CORREIA BARRETO	3º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO – ENGENHARIA SANITÁRIA/AMBIENTAL (VESPERTINO)	ANDREIA JUSTINO MORAES	3º

Campo Grande, 27 de novembro de 2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/3081/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MR CORDEIRO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, representada por **Marcio Reis Cordeiro**.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0049/2019, decorrente do resultado da licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 038/2019, do Ministério da Defesa – Hospital Militar de Área de Campo Grande – HMCG – CMO – 9ª RM.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Aquisição de materiais permanentes, para atender este Ministério Público.

Valor total: R\$ 98.560,00 (noventa e oito mil quinhentos e sessenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE004289, de 18.11.2020.

Vigência: 24.11.2020 a 24.11.2021.

Data de assinatura: 24 de novembro de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2030/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VALE DO RIBEIRA INTERNET LTDA**, representada por **Rogério Claudionor Mendes**.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Prestação de serviços de comunicação de dados, de natureza continuada, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 9.580,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE004284, de 18.11.2020

Vigência: 25.11.2020 até 25.11.2023.

Data de assinatura: 25 de novembro de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/2030/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **OI S/A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, representada por **Alvaro Carlini** e por **Juvenal Alves Ferreira Neto**.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Prestação de serviços de comunicação de dados, de natureza continuada, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 191.110,72, nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE004285, de 18.11.2020.

Vigência: 25.11.2020 até 25.11.2023.

Data de assinatura: 25 de novembro de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/2030/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FREE WAY TECNOLOGIA LTDA**, representada por **Dilza América Sampaio Baldow**.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Prestação de serviços de comunicação de dados, de natureza continuada, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 47.527,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE004286, de 18.11.2020.

Vigência: 25.11.2020 até 25.11.2023.

Data de assinatura: 25 de novembro de 2020.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/1685/2020

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**, com a interveniência da **Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul**, representada por sua Diretora, **Jaceguara Dantas da Silva**;

2- **EAD ENSINAR TECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA**, representada por **Antonio Cesar Reis Barros**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual**, por mais 7 (sete) meses.

Vigência: 16.12.2020 a 16.07.2021.

Data de assinatura: 20 de novembro de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.214 DE 29 DE MAIO DE 2020 (PÁGINA 13) E NO DOMP-MS Nº 2.277 DE 31 DE AGOSTO DE 2020 (PÁGINA 10) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0355/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA - EIRELI**, representada por **Victor Hugo Yoshiharu Ogawa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 11/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral (galão com 20 litros), para atender a sede das Promotorias de Justiça localizadas na cidade de Dourados/MS, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Acqua Pura.	Unidade	2.200	9,95

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 28 de maio de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL Nº 0011/2020/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna público o arquivamento da Notícia de Fato n. 01.2020.00008159-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Notícia de Fato nº 01.2020.00008159-0

Requerente: Famílias/Moradores das Sítioas Ouro Fino, Alvorada e Campo Belo.n

Investigado: A Apurar.

Assunto: Registre-se como notícia de fato o abaixo-assinado dos moradores das Sítioas Ouro Fino, Alvorada e Campo Belo, pugnando pelo direito de se ter água potável encanada e sistema de esgoto em suas residências..

Dourados, 26 de novembro de 2020.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0012/2020/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna público o arquivamento da Notícia de Fato n. 01.2020.00003541-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Notícia de Fato nº 01.2020.00003541-9

Requerente: Parte Sigilosa.

Investigado: Casa das Capinhas

Assunto: Eventual irregularidade consistente na inobservância de normas de posturas municipais, com suposta convivência da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por parte do empreendimento "Casa das Capinhas".

Dourados, 26 de novembro de 2020.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0013/2020/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna público o arquivamento da Notícia de Fato n. 01.2020.00008475-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Notícia de Fato nº 01.2020.00008475-4

Requerente: Anônimo.

Investigado: A apurar.

Assunto: Registre-se como notícia de fato a manifestação n. 11.2020.0003362-0, recebida por meio da Ouvidoria do Ministério Público, a qual denuncia suposta irregularidade no edifício bancário entre a rua Albino Torraca e a avenida Marcelino Pires em Dourados/MS..

Dourados, 26 de novembro de 2020.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0014/2020/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna público o arquivamento da Notícia de Fato n. 01.2020.00002579-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Notícia de Fato nº 01.2020.00002579-8

Requerente: Parte Sigilosa.

Investigado: Centro automotivo 2 irmãos.

Assunto: Denúncia de poluição no exercício de suas atividades do empreendimento Centro Automotivo 2 Irmãos, pois emite resíduos de tinta além do espaço do empreendimento, afetando as propriedades e a qualidade de vida do reclamante.

Dourados, 26 de novembro de 2020.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAARAPÓ

EDITAL Nº 0014/2020/01PJ/CRP**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000653-5.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos digitais do Inquérito Civil em epígrafe, que está à disposição de quem interessar na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó/MS, e também pode ser acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida junto à 1ª Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

ÁREA DE ATUAÇÃO: Patrimônio Público e Social.

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pela Promotora de Justiça, Fernanda Rottoli Dias.

COMPROMISSÁRIO: MUNICÍPIO DE CAARAPÓ – MS, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Prefeito Municipal de Caarapó/MS, *André Luis Nezzi de Carvalho*.

TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Compromissário obriga-se a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, licitação para contratação de prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da Prefeitura do Município de Caarapó, com fornecimento de peças, acessórios e serviços, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços;

Parágrafo primeiro: o sistema a ser implantado deverá ter serviços de manutenção da frota em oficinas credenciadas, compreendendo no mínimo: troca de óleo, troca de filtro, reparo em pneus, lubrificação geral, mecânica, elétrica, funilaria, lanternagem, pintura, retífica, capotaria, alinhamento e balanceamento, fornecimento de peças e acessórios e Fornecimento de dados e relatórios que possibilitem a administração e o controle da frota de veículos;

Parágrafo segundo: O sistema deverá apresentar as seguintes características:

a) Gerenciamento integrado, oferecendo relatórios de controle da vida mecânica e das despesas com manutenção da frota da Prefeitura Municipal de Caarapó, contemplando a realização de cotação eletrônica, via web, de preços na rede credenciada da Contratada com no mínimo 03 (três) propostas sobre serviços a serem realizados e peças a serem adquiridas, podendo cotar separadamente peças e serviços ao mesmo tempo para oficinas distintas, guardando, obrigatoriamente, o histórico das cotações;

b) Sistema tecnológico para processamento das informações via da Internet;



c) Possibilitar a emissão de relatórios que contenham, no mínimo, as seguintes informações: extrato analítico / sintético por centro de custo, contendo todos os serviços de manutenções, individualmente discriminados por veículo, apresentando data, hora, local, quilometragem atual, descrição das peças, componentes, materiais, mão-de-obra e serviços empregados, juntamente com o relatório dos valores devidos a título de taxa de administração;

d) Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação do veículo e respectivo centro de custo, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para Diretoria de Frotas e todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como: Tabelas de Grupo, Materiais e serviços genéricos;

e) Rede credenciada de oficinas, autopeças e concessionárias, equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada;

TÍTULO IV – DAS SANÇÕES:

CLÁUSULA SEGUNDA: O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Ajustamento de Conduta importará na incidência da multa de 10 (dez) UFERMS por dia de atraso e por cada uma das obrigações inadimplidas, cujo valor será revertido em favor do Fundo Estadual dos Direitos Difusos Lesados, criado pela Lei Estadual nº 1.721, de 18 de dezembro de 1996, alterada pela Lei Estadual nº 2.112, de 1º de junho de 2000 ou outro fundo que vier a sucedê-lo, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei de execução judicial das obrigações não cumpridas.

Caarapó/MS, 26 de novembro de 2020.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

CAMAPUÃ

EDITAL N. 25/2020/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2020.00003022-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2020.00003022-4.

Requerentes: Ministério Público Estadual, CAODH – Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência

Requeridos: Município de Camapuã, Município de Figueirão

Assunto: “Acompanhar as ações das gestões municipais de Camapuã e Figueirão para cumprimento do Programa Nacional de Imunizações, de forma a promover as medidas necessárias à ampliação da cobertura vacinal da população.”

Camapuã - MS, 18 de novembro de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO 0004/2020/2ªPJC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00003022-4

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Camapuã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal/88);



CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO ser atribuição desta Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, podendo no exercício dessa função fiscalizatória requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que a saúde é direito fundamental de todos, sendo dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, bem como formular e executar políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (art. 6º e 196 da CF e art. 2º da Lei 8.080/90);

CONSIDERANDO que o art. 18 da Lei nº 8.080/1990, preconiza que à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, bem como gerir e executar os serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que a vigilância epidemiológica está vinculada ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS (art. 6º, I, alínea b, Lei 8080/90) e compreende um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos (Art. 6º, §2º, Lei 8080/90);

CONSIDERANDO que os indicadores da plataforma MP Social, Projeto Vacinômetro², que traz percentuais de cobertura para as principais vacinas ofertadas pela rede pública para todos os municípios do Estado, segundo dados extraídos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, indicam que o município de Camapuã está com cobertura geral de 71,2% e Figueirão está com cobertura geral de 91,2%, ou seja, com índices abaixo do recomendado, o que importa em risco real à saúde coletiva da população destes municípios;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.259, de 30/10/1975, regulamentada pelo Decreto nº 78.231, de 12/08/1976, institucionaliza o PNI (Plano Nacional de Imunização) e define competências, preceituando no artigo 4º que “as ações relacionadas, com a execução do programa, são de responsabilidade das Secretarias de Saúde das Unidades Federadas, ou órgãos e entidades equivalentes, nas áreas dos seus respectivos territórios”;

CONSIDERANDO que a responsabilidade das Secretarias de Saúde locais na execução do programa de imunização está detalhada no art. 33 do Decreto nº 78.231/1976:

“Art. 33. Constituem funções das Secretarias de Saúde, através de seus órgãos responsáveis pelos programas de vacinação:

I - Elaborar, implantar e implementar programas de imunizações, principalmente aqueles referentes a vacinação obrigatória;

II - Designar os serviços de saúde que deverão incorporar os Centros de Vacinação constituindo a rede especial a que se refere o artigo 31 deste Regulamento;

III - Limitar a área geográfica a que deve estender-se a influência dos Centros de Vacinação;

IV - Manter a rede Centro de Vacinação;

V - Manter Postos de Vacinação nos demais estabelecimentos de saúde que operam sob sua responsabilidade;

VI - Promover a criação de Postos de Vacinação em todos os serviços de saúde de natureza pública e particular;

VII - Credenciar médicos, como Agentes, para a execução das vacinações;

VIII - Estabelecer normas complementares às baixadas pelo Ministério para a execução das vacinações;

IX - Supervisionar, controlar e avaliar a execução das vacinações no território da Unidade Federada, pelos Centros, Postos e Agentes de Vacinação;

X - Centralizar, analisar e transferir ao Ministério da Saúde as informações referentes às vacinações realizadas em períodos anteriores, divulgando-as.”

² <https://mpsocial.mpms.mp.br/index.htm>



CONSIDERANDO que os Centros de Vacinação inseridos no âmbito da atenção básica também têm suas funções definidas no referido decreto:

“Art. 34. Constituem funções dos Centros de Vacinação:

- I - Programar e garantir a vacinação da população residente ou em trânsito na sua área de influência, em conformidade com o Programa da respectiva Secretaria de Saúde;*
- II - Distribuir e controlar o uso das vacinas pelos Postos e Agentes de Vacinação;*
- III - Informar ao órgão imediatamente superior na estrutura da Secretaria de Saúde de que é integrante, as vacinações realizadas em períodos anteriores;*
- IV - Manter o registro das vacinações realizadas;*
- V - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinar;*
- VI - Expedir Atestados da impossibilidade de obtenção das vacinações nos casos previstos neste Regulamento.”*

CONSIDERANDO que, na sequência, o Decreto nº 78.231/1976 especifica as funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

“Art. 35. Constituem funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

- I - Vacinar as pessoas a quem estiverem prestando serviços de saúde;*
- II - Registrar as vacinações que executarem;*
- III - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinarem.”*

CONSIDERANDO que o credenciamento de serviços de saúde e de profissionais pelas Secretarias de Saúde para atuarem como Postos e Agentes de Vacinação está condicionado aos critérios previstos no parágrafo único do art. 35 do Decreto nº 78.231/1976:

- I - Existência de meios para armazenamento das vacinas e sua perfeita conservação, e de equipamentos destinados à aplicação das mesmas;*
- II - Registro do uso das vacinas nas fichas clínicas das pessoas vacinadas;*
- III - Compromisso de afixar em local visível as datas e horários para a aplicação das vacinas;*
- IV - Compromisso de comunicar as vacinações praticadas nos formulários distribuídos e nos prazos estipulados pelas Secretarias de Saúde.*

CONSIDERANDO que o artigo 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao prever como deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à saúde da criança, está emitindo comando claro em atribuir preferência e prevalência das políticas públicas voltadas à tutela da integridade física da criança em relação a qualquer outro interesse envolvido;

CONSIDERANDO que o Estatuto, ao descrever o direito à saúde, determina a necessidade de promoção de “políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (artigo 7º - grifo nosso);

CONSIDERANDO que o artigo 14, do mesmo Diploma, fixa a natureza mandatória da vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias:

“Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.”

CONSIDERANDO que a previsão do § 1º do art. 14, dirige-se especialmente ao Estado (sem exclusão do dever da família), considerado seu dever de estabelecer a lista de vacinas obrigatórias, prever o calendário anual de vacinações e, por fim, de prover as vacinas necessárias à imunização das crianças e adolescentes aos quais se apliquem sua decisão;

CONSIDERANDO que na vacinação obrigatória há tutela não só individual da criança, mas também indireta de toda a coletividade, especialmente quanto à diminuição da exposição a risco de outras pessoas, crianças ou não, que eventualmente e por conta de impedimentos de ordem médica, não sejam vacinadas, e que a existência de uma população majoritariamente imune a determinadas doenças ensejará a cessação da circulação dos vírus que causam as doenças e, conseqüentemente, mesmo indivíduos não imunizados não estariam expostos à contaminação;



CONSIDERANDO que a consequência do descumprimento do dever de executar adequadamente o programa de imunização estabelecido pelo Ministério da Saúde configura infração sanitária, prevista no art. 10, VIII, da Lei 6.437/1977, que tipifica as infrações à legislação sanitária federal, estabelecendo sanções:

“Art. 10. São infrações sanitárias: (...) VIII reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde: Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização, e/ou multa; (...)” (grifo nosso)

CONSIDERANDO que não só infração sanitária, mas, presente o elemento subjetivo dolo caracterizador de infração penal, também poderia configurar, em tese, no tipo do artigo 268, do Código Penal:

“Art. 268. Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena: detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa”.

CONSIDERANDO que o administrador público que elege políticas públicas em desobediência à lei e à Constituição Federal omite-se diante dos anseios da coletividade e quebra o dever de probidade administrativa, atentando contra os princípios da Administração Pública, em especial, os da boa administração, da eficiência e da moralidade. Como consequência, no mecanismo de controle da gestão pública, a inobservância a esses preceitos, por dolo ou culpa, coloca em destaque o plano normativo estabelecido pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o mundo vivencia uma situação atípica e preocupante para a saúde pública, provocada especialmente pelo novo coronavírus, classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que tem gerado sobrecarga nos leitos hospitalares existentes e prejudicado a assistência geral à saúde da população;

CONSIDERANDO que a saúde pública também sofre efeitos de várias outras doenças e epidemias como dengue, febre amarela, sarampo e leishmaniose;

CONSIDERANDO que somente altas e homogêneas coberturas vacinais poderão produzir impacto no comportamento epidemiológico das doenças imunopreveníveis e que este resultado contribui para diminuir o peso dessas doenças ao sistema público de saúde, já sobrecarregado pela situação pandêmica;

CONSIDERANDO que a redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), neste período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), já é percebida pelo Ministério da Saúde e começa a preocupar a pasta, conforme anunciado em 10/06/2020 pela Agência Brasil³, nos seguintes termos:

“A redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), neste período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), já é percebida pelo Ministério da Saúde e começa a preocupar a pasta, segundo Ana Goretti, coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do ministério.

Ela explicou que o distanciamento social e a situação da pandemia no Brasil são fatores que têm gerado impacto na queda da cobertura vacinal. “Muitas famílias ficam com receio de ir aos postos de saúde, mas temos orientado todas as equipes de saúde do país quanto às medidas de segurança para evitar infecções”, disse a coordenadora ao participar, nessa terça-feira (9), da conferência online Webinar, organizada pelo jornal O Estado de São Paulo.

De acordo com Ana Goretti, o atual momento de pandemia não pode gerar impacto na queda da cobertura vacinal. Ela lembrou que o Brasil possui hoje o maior programa público de imunização do mundo, que distribui mais de 300 milhões de doses de imunobiológicos anualmente.

O PNI conta com 37 mil postos públicos de vacinação de rotina em todo o país, sendo que em campanhas realizadas anualmente este número chega até 50 mil postos e 51 Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIES).

“Hoje nós temos um esquema vacinal complexo por ser extremamente completo no combate às doenças mais prevalentes aos brasileiros e que começa a atender nossa população desde o nascimento. Nesse sentido, nós concentramos a oferta de muitas vacinas em um curto espaço de tempo, ainda na infância, para facilitar a imunização da maior parte das pessoas ao mesmo tempo, otimizando também o tempo dos pais ao levarem as crianças aos postos de vacina”, disse Ana Goretti.

**Com informações do Ministério da Saúde”*

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde também divulgou preocupação com essa questão, informando que cerca de 80 milhões de crianças menores de um ano estão correndo risco de contrair doenças em todo o

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/queda-na-procura-por-vacinacao-preocupa-o-ministerio-da-saude>

mundo devido ao fato de não terem sido vacinadas, sendo essa queda reflexo da pandemia do novo coronavírus, que traz riscos, especialmente para crianças⁴:

SAÚDE

OMS: Queda de vacinação põe 80 milhões de crianças em risco

Organização Mundial da Saúde e a Unicef apontaram que situação é especialmente preocupante na América Latina

15 JUL 2020 17h20 atualizado às 18h13

VIVER

Nova pesquisa da OMS aponta queda da vacinação durante pandemia

quinta-feira, 23 de julho 2020

CONSIDERANDO que a adoção de comportamentos contrários ao regime geral de vacinação trouxe um severo declínio da população com cobertura imunológica, traduzindo-se em aumento da exposição a risco de contágio de doenças infecciosas como, por exemplo, o sarampo, conforme estudo publicado por Ana Paula Sayuri Sato⁵, pesquisadora do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo:

“Desde a década de 1990, as coberturas vacinais infantis estavam acima de 95%, o que indica boa adesão da população à vacinação. No entanto, a partir de 2016, essas coberturas têm declinado cerca de 10 a 20 pontos percentuais. Isso era inesperado e veio acompanhado do aumento da mortalidade infantil e materna. As epidemias de sarampo em Roraima e no Amazonas são consequências imediatas da diminuição das coberturas vacinais. Muitos fatos estão relacionados a essa queda, seja o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde ou aspectos técnicos como a implantação de novo sistema de informação de imunização, sejam aspectos sociais e culturais que afetam a aceitação da vacinação. Movimentos anti-vacinas são crescentes e fortalecidos pelo aumento de informações de saúde incorretas compartilhadas especialmente na internet” - grifo nosso.

CONSIDERANDO que recente estudo publicado no *The New England Journal of Medicine* indica severas consequências à queda da cobertura vacinal em relação ao sarampo, justificando a imposição de vacinação mandatória como forma de garantir a saúde de cidadãos em geral, inclusive com imposição de multas para pessoas que não adiram à vacinação obrigatória, não se discutindo, ante o risco concreto da epidemia, questões atinentes à liberdade individual, frente aos riscos coletivos⁶;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

⁴ Notícias disponíveis em: <https://www.oestadoce.com.br/editorias/viver/nova-pesquisa-da-oms-aponta-queda-da-vacinacao-durante-pandemia/> e <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/queda-de-vacinacao-durante-pandemia-coloca-80-milhoes-de-criancas-em-risco-alerta-oms,98196065f19f23043f81ced39d9f3682khp3468.html>

⁵ SATO, APS. Qual a importância na hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? Rev Saúde Pública. 2018; 52:96. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v52/pt_0034-8910-rsp-52-87872018052001199.pdf

⁶ JULIE D. CANTOR, M. D., J.D. Mandatory Measles Vaccination in New York City: Reflections on a Bold Experiment. The New England Journal of Medicine. Publicado em 05.06.2019, em NEJM.org. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMp1905941>



DADA A RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA SITUAÇÃO CONSTATADA, resolve RECOMENDAR ao Município de Camapuã, Município de Figueirão, por meio dos Prefeitos Municipais e Secretários Municipais de Saúde, que, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, em cumprimento às disposições legais e normativas mencionadas, e em vista das circunstâncias apuradas, dentro de seu âmbito de atuação como gestor municipal do Sistema Único de Saúde, ampliem a cobertura vacinal a fim de alcançar a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, recomendando as seguintes medidas:

1. Elaboração de Plano de Ação Municipal, atendendo-se às normas técnicas pertinentes, com remessa à Secretaria de Estado de Saúde, para adequado planejamento de remessa de imunobiológicos;
2. Capacitação permanente de recursos humanos para atendimento adequado da demanda espontânea, busca ativa e alimentação adequada do SIPNI⁷ e SINAN⁸;
3. Intensificação do estímulo e conscientização à população da importância do cumprimento integral do Calendário Nacional de Vacinação, com formalização de parcerias ou convênios com veículos de informação, sociedade civil organizada, entidades de classe, conselhos comunitários, representações religiosas, instituições de educação, etc;
4. Que haja serviço de vigilância das Coberturas Vacinais nos territórios do município, para monitoramento dos resultados da vacinação, identificação de áreas de risco em razão da presença de prováveis suscetíveis, caracterizando tendências e/ou situações para as quais são necessárias intervenções oportunas, de acordo com critérios de priorização referenciados de acordo com o indicador denominado Risco de transmissão de doenças imunopreveníveis no município⁹;
5. Que seja feito no mínimo uma vez ao ano o Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal (MRC) para avaliar a situação vacinal e as razões da não vacinação para uma ou mais vacinas, já que essa é diretriz nacional regulamentada, com o registro de dados *on line* no SIPNI (<http://pni.datasus.gov.br>), e com transferência de recursos Fundo-a-Fundo;
6. Que haja sistema efetivo de vigilância dos eventos adversos pós-vacinação - EAPV para detecção precoce e resposta adequada e oportuna dessas ocorrências, a fim de minimizar os efeitos negativos para a saúde dos indivíduos e diminuir o potencial impacto sobre a vacinação da população, ressaltando-se que a principal ferramenta para que o sistema viabilize seus propósitos é o Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica dos Eventos Adversos Pós-vacinação - SI-EAPV;
7. Que a Central Municipal de Rede de Frio (CMRF) tenha espaço adequado para acondicionamento de imunobiológicos e almoxarifado para outros insumos (seringas, agulhas, caixas térmicas, bobinas reutilizáveis, entre outros), área de acesso aos veículos de carga, área destinada ao recebimento, à preparação e à distribuição dos imunobiológicos (sala de preparo) e área com grupo gerador, além de atender às orientações de construção previstas na Seção B do Manual do Ministério da Saúde¹⁰ e, a depender do quantitativo populacional e consequente volume de imunobiológicos manuseados, a central deverá prever câmaras frigoríficas positivas e/ou negativas.
8. Que as salas de vacinação tenham estrutura adequada de armazenamento dos imunobiológicos, em conformidade com as exigências do Ministério da Saúde¹¹;
9. Que haja aperfeiçoamento do atendimento nas salas de vacinação da rede básica, as quais devem ter funcionamento prioritário, horário ampliado de atendimento, planejamento de horários e locais alternativos de atendimento de forma periódica (não só nas campanhas de vacinação), atendimento *in loco* e/ou transporte da população residente na área rural ou áreas de difícil acesso. Neste aspecto, é recomendado o cumprimento das diretrizes terapêuticas elencadas no texto abaixo, de autoria do Ministério da Saúde:

"DIRETRIZES PARA OS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA à SAÚDE (Dez passos articulados pela campanha do MS cuja garantia de execução está no rol das responsabilidades dos gestores municipais)

PORTA ABERTA. Mantenha a sala de vacina aberta durante todo o horário de funcionamento da unidade. A sala de vacina deve estar sempre à disposição dos usuários. Na impossibilidade de a unidade de saúde manter todas as atividades assistenciais, recomenda-se que a sala de vacina seja o último serviço a ser fechado. A equipe da sala de vacinação (enfermagem) deve atuar de forma integrada com os demais profissionais das equipes de saúde, no sentido de evitar as oportunidades perdidas de vacinação. Sempre que possível, ofertar vacinação na UBS em horários alternativos, como almoço, noite e fins de semana.

SEM EMPECILHOS. Evite barreiras de acesso. O comprovante de endereço não deve ser obrigatório para vacinação, basta o cartão do SUS (CNS) para realizar o registro. Se o usuário estiver sem identificação e pertencer a algum grupo prioritário ou de risco devidamente registrado na unidade de saúde, é preferencial que se garanta a vacinação. Realize a vacinação independentemente da estabilidade do sistema de informação.

DEU CHANCE, VACINE. Aproveite as oportunidades de vacinação. Aproveitar o momento de acolhimento, consultas ou outros procedimentos na unidade de saúde para verificar a situação vacinal dos usuários e orientar/encaminhar à

⁷ Sistema de informações para o PNI.

⁸ Sistema de Informação de Agravos de Notificação

⁹ <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/agosto/17/AACOBERTURAS-VACINAIS-NO-BRASIL---2010-2014.pdf>

¹⁰ https://www.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/programa-imunizacao/Manual-RedeFrio_2013.pdf

¹¹ https://www.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/programa-imunizacao/Manual-RedeFrio_2013.pdf



sala de vacinação para início ou atualização do esquema vacinal, se necessário. Em visitas/atendimentos domiciliares, aproveite para verificar a situação do cartão de vacinação do usuário, orientando-o quanto à prevenção de doenças por meio da vacinação.

SEMPRE ALERTA. Monitore a cobertura vacinal. Identifique as pessoas que estão com pendências na situação vacinal, por meio da verificação dos cartões-espelho ou outras ferramentas. Realize busca ativa de usuários faltosos e que possivelmente estarão com o cartão vacinal desatualizado. Desenvolva estratégias comunitárias, reconhecendo populações em vulnerabilidade (migrante, itinerante, pessoas em situação de rua, em privação de liberdade, em quilombolas, entre outros) no seu território e adjacências e, atuando preventivamente com ações voltadas a essas populações. Garanta o planejamento de doses necessárias para o alcance das metas de cobertura vacinal na sua comunidade. Avalie o desempenho obtido das ações de vacinação realizadas na sua Unidade de Saúde e utilize os resultados da avaliação para redirecionar as ações no sentido de alcançar as metas mínimas de cobertura preconizadas.

ANOTE TUDO. ANOTE SEMPRE. Garanta o registro adequado da vacinação. O registro de todas as doses de vacinas aplicadas na Atenção Primária à Saúde deve ser realizado tanto no cartão ou caderneta de vacinação do usuário quanto nos sistemas da estratégia e-SUS AB. Na impossibilidade de uso dos sistemas com prontuário eletrônico (por exemplo, em ações de vacinação extramuros), utilize ficha de vacinação CDS.

TÉCNICO DO TIME. Orienta a população sobre a atualização do calendário vacinal. Promova ações coletivas de educação em saúde com a comunidade, de modo a estimular a promoção da saúde e prevenção de doenças por meio da vacinação. É estratégico conversar com pais e/ou responsáveis pelas crianças e trabalhar em parceria com as escolas.

É **MENTIRA!** Combata qualquer informação falsa (fake news) sobre vacinação. Identifique e dialogue com as famílias resistentes sobre a vacinação, enfatizando a segurança e benefícios (link para tirar dúvidas sobre fake news: <http://www.Saúde.Gov.Br/fakenews>). Se, após a intervenção profissional, a família ainda se mostrar contrária à vacinação, é possível realizar intervenções em parceria com órgãos de outros setores, como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar.

MODO EMERGÊNCIA. Intensifique as ações de vacinação em situações de surto. Monitore surtos ativos e construa plano de ação com estratégias de resposta rápida no enfrentamento à situação. Apoie a equipe da vigilância em saúde nas ações de bloqueios vacinais ou varreduras.

ORGANIZANDO, TEM PRA TODO MUNDO. Promova a disponibilidade e a qualidade das vacinas ofertadas à população. Planeje o quantitativo de doses necessárias e considere: população adstrita, grupo-alvo, esquema e estratégias de vacinação local. Verifique se há adequado funcionamento da sua sala, monitore e controle continuamente as condições de armazenamento, de modo a preservar a qualidade e a disponibilidade e restringir as perdas das vacinas. Preserve o uso consciente e amplie a confiança da população. Tenha disponíveis as vacinas no tempo certo, em quantidade e qualidade desejáveis. O fornecimento deve ser regular e o fluxo de distribuição organizado a fim de evitar e prevenir faltas de vacinas nas unidades.

SÓ CRAQUE EM CAMPO. Garanta pessoal treinado e habilitado para vacinar durante todo o tempo de funcionamento da unidade. Atente-se à atualização das diretrizes do Ministério da Saúde sobre vacinação e identifique as necessidades de qualificação da sua equipe para planejar ações de educação permanente" (grifos nossos)

10. Que sejam notificadas oficialmente as creches, berçários, centros de educação e escolas localizadas no município (rede pública e particular), principalmente as de ensino infantil, para que seja verificado se os alunos matriculados estão com a carteira de vacinação irregular (Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010);

11. Que todos os casos de recusa ou omissão de vacinação de crianças e adolescentes por seus responsáveis legais seja notificado ao Conselho Tutelar, por se tratar de violação de direito e descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar ou de guarda (ECA, art. 136, I c/c art. 245), com a imediata comunicação ao Ministério Público Estadual em caso de persistência da omissão;

12. Que sejam implementados grupos e/ou ações permanentes de divulgação com palestras, cursos, seminários, divulgação domiciliar por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, dentre outras medidas eficazes para atingir o público-alvo das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, encaminhe-se a recomendação aos destinatários, requisitando-se que, no prazo de 30 (trinta) dias resposta por escrito acerca do acolhimento da presente recomendação.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.



Encaminhe-se cópia, para conhecimento, à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, ao Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Enfermagem-COREN/MS, Conselho Regional de Medicina-CRM/MS, à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal e à Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados-OAB/MS.

Camapuã-MS, 20 de novembro de 2020

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0050/2020/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003605-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00003605-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Acompanhar o Inquérito Policial n. 04/2020 que tramita perante a Corregedoria da Polícia Civil a respeito de suposta prática do crime de peculato em razão da utilização indevida do veículo apreendido VW GOL 1.6, ano 2013/2013, cor branca, placa NSA-7934, de propriedade de Marli da Cruz.

Ponta Porã/MS, 26 de novembro de 2020

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SETE QUEDAS

EDITAL Nº 0017/2020/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00003758-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cláudio Martinelli Neto

Assunto: Acompanhar cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta entabulado no bojo do Inquérito Civil 06.2020.00000210-6.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 27 de novembro de 2020.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0018/2020/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00003757-2.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemir Martinelli

Assunto: Acompanhar cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta entabulado no bojo do Inquérito Civil 06.2020.00000332-7.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 27 de novembro de 2020.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2020/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00003703-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Orlando Vendramini Neto e Heliomar Klabunde

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta entabulado no bojo do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001791-0.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 27 de novembro de 2020.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça